

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO C.A.A. E A EDUCAÇÃO.

Maria de Fatima Vieira Martins ANTUNES¹

Luci Martins Barbatto VOLPATO²

RESUMO: O presente trabalho consiste em um estudo sobre Centro de Avaliação e Acompanhamento – CAA – “Centrinho”, campo de estágio do Serviço Social, onde a equipe interdisciplinar atua num grande desafio sobre a inclusão do estudante com dificuldades de aprendizagem, sendo o público alvo alunos da rede municipal de ensino, adotando o modelo psicoeducacional visando a melhoria do aluno, constatamos que essa ideia ainda não está clara para as pessoas envolvidas neste processo, são eles: os pais, a escola e as próprias crianças. Enfocamos a educação como um bem que precisa ser revisto, e a dificuldade da criança no processo cognitivo, salientando a responsabilidade do Estado, da família. A família em não deixar que a criança com dificuldade de aprendizagem atinja seu objetivo. E o Estado, precisa dar respaldo no sentido da qualidade do ensino. Para o profissional do serviço social é um verdadeiro exercício de cidadania e luta pelo direito à educação de qualidade, o profissional vai em busca do desenvolvimento da família, possibilitando o fortalecimento dos vínculos afetivos dentro da família, na escola, e da escola com a família, acreditando que a educação é um direito humano fundamental, diante disso, ressaltamos a importância do trabalho em rede para superação da dificuldade de aprendizagem do aluno(a).

Palavras-chave: Educação. Centrinho. Família. Dificuldades de Aprendizagem Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa destacar alguns pontos importantes para discutir e pensar nos problemas de aprendizagem da criança e a superação.

¹ Discente do Curso de Serviço Social, 6º Termo RA, 004.1.13.009, Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” Presidente Prudente - SP

² Mestre em Serviço Social e Política Social da Universidade de Londrina. Docente do Curso de Serviço Social, Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” Presidente Prudente - SP

Iniciamos nosso trabalho com uma definição de educação, a educação como direito humano fundamental, falamos da sua importância para a vida, o processo cognitivo e definimos as dificuldades de aprendizagem dentro desse processo, onde as dificuldades podem estar na criança, na família e porque não na escola.

Relatamos a estrutura do Centrinho., seu funcionamento, bem como estratégias educativas com o objetivo de fortalecer a relação aluno e escola, escola e família, garantia de acesso a permanência contribuindo para a construção de uma escola efetivamente inclusiva.

No tópico onde expomos nosso objeto de estudo pontuamos a necessidade da participação da família no trabalho desenvolvido pelo Centrinho com a criança que tem dificuldade de aprendizagem, pois a família no primeiro momento necessita do acolhimento feito pela equipe para se fortalecer e poder ajudar seu filho.

Levando em consideração a importância do trabalho do assistente social com as famílias das crianças atendidas no Centrinho., sensibilizando a participação da família na vida escolar do seu filho, esclarecendo como é a dificuldade de aprendizagem da criança.

O trabalho com a equipe interdisciplinar que atua junto a família tem por objetivo garantir o direito social à educação e sua inclusão no serviço, sempre pensando no bem-estar da criança e do fortalecimento da família.

O texto é feito com base num breve levantamento bibliográfico, onde abordamos o método dialético, sendo uma pesquisa básica qualitativa tendo por objetivo mostrar como a equipe interdisciplinar desenvolve o trabalho de valorização da criança compreendendo sua importância no processo de evolução na família, na sociedade e na escola, e os meios necessários para que essa família possa romper com essa situação de vulnerabilidade.

1 O QUE É EDUCAÇÃO

A educação é uma prática social, isto é, onde o desenvolvimento da pessoa pode ser aprendido, saberes da sua cultura, da formação do sujeito, a educação atua sobre a vida no sentido de desenvolvimento, de transformar a sociedade. Educação é um processo de busca onde ensinar e aprender caminha junto com a família.

Aprendemos ensinando e ensinamos aprendendo, “para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”. (BRANDÃO, 2007, p.7) precisamos de uma educação que valorize a aprendizagem que respeita o tempo de cada um nesse processo.

1.1 A Importância da Educação para a Vida

A educação existe de várias formas e maneiras, ela ajuda a passar de uns para outros o saber, as crenças, as trocas de ideia, o próprio desenvolvimento do ser humano. Brandão (2007, p.63) nos dá uma boa definição sobre educação:

Educação: do latim “educere” que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regula-la e aperfeiçoa-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte”.

Significa que a educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de cidadania. Independentemente da condição financeira das pessoas, todos tem o mesmo direito, é através da educação que podemos

realizar sonhos, onde o homem pode mostrar sua criação, seu produto abrangendo todo o seu ser, e a medida que ele aprende, ele também ensina. Devemos buscar meios para que a haja liberdade na educação e que ela seja igual para todos sem distinção de etnia, gênero, opção sexual. Segundo os resultados do Censo IBGE, (2010):

Aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Em comparação aos resultados do Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010.

Mas apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil. Onde observamos que a taxa de analfabetismo na Região Nordeste em 2000 era de 24,7% e em 2010 caiu para 17,6%, entretanto crianças de 7 a 14 anos estão frequentando mais a escola do que outras com mais idade, estas crianças são as que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação, pois trocam a escola pelo trabalho e continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade. Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto precisamos intervir para corrigir o futuro, desmistificar a instituição educacional diferenciada onde a criança mais pobre era destinada o cuidar e para a criança rica era reservado o educar. Acabar com a diferenciação e a culpabilização de que a criança pobre tem menos potencial de aprendizagem, a Lei é clara em dizer que, é um direito de todos estudar. É nossa obrigação cuidar pela utilização dos recursos públicos e o retorno em resultados de tudo o que se investe em pessoal, infraestrutura e materiais só assim garantiremos a permanência bem-sucedida dos alunos e uma aprendizagem que os conduza a um futuro melhor.

Fatores que proporcionam os resultados negativos da educação brasileira como a pobreza, digamos que a pobreza não é problema, mas sim a estigmatização que a criança carrega, e utilizando das palavras de Patto (1999, p.89) “atribuir as principais dificuldades da escola pública a características externas

à escola e localizadas no aluno e em seu ambiente familiar e cultural” é uma forma preconceituosa, quem sabe não seja uma reação do aluno a tudo isso? A qualidade da educação depende de nós como sociedade, exercendo a cidadania em busca de melhorias e de qualidade de ensino. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

É prioridade a proteção à criança, e nesse contexto constatamos que hoje a educação vive um problema de ordem social, a mídia nos mostra isso todos os dias, especialmente nas escolas públicas, o que significa organizar as escolas fazendo com que tenham professores trabalhando na sua área específica de formação; suprimindo o déficit de docente; aumentando o número de salas; com isso garantir o cumprimento da carga horária, e quem ganha é o aluno, o professor, e também a escola que terá uma melhora na qualidade de ensino. Educar para Piaget, é “provocar a atividade”, isto é, estimular a procura do conhecimento. “O professor não deve pensar no que a criança é, mas no que ela pode se tornar”, (MACEDO, acesso em 22/9/15), o profissional em sala deve possibilitar o interesse pelo conteúdo, pois muitas vezes o aluno não tem interesse, não tem motivação, enfim, a escola é contraditória e desmotivante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é bem clara no que diz respeito a educação, pois não é só na escola que a criança aprende também na família e na convivência com a comunidade. A educação se confirma na escola, os pais precisam participar mais da vida dos filhos, só vai ter mudança quando a sociedade toda tomar conhecimento, cobrar e participar, pois o Estado também tem

responsabilidade quando diz que garante a educação para todos, portanto a participação de todos só vai contribuir para o avanço da educação.

Neste sentido, a garantia de um padrão de qualidade em educação vai além da oferta de vagas, pois envolve a permanência e o sucesso dos que nela ingressam. E este sucesso decorre pela garantia de uma educação em que a criança consiga adquirir conhecimentos, ser alfabetizada, sem deixar de lado sua cultura, e possibilitando ações rumo à transformação da criança, numa perspectiva de que o aluno se perceba enquanto parte desta sociedade que é contraditória.

1.2 O Processo Cognitivo: As Dificuldades

As dificuldades apresentadas pela criança no processo de aprendizagem surgem logo que elas entram para a escola para o chamado processo de escolarização,

Segundo Capellini, (2007, p.8):

Requer uma série de habilidades e competências que se constituem como pré-requisitos para as aprendizagens que serão processadas. Para ler a criança deve adquirir certo número de habilidades cognitivas e perceptivo-linguísticas, que incluem habilidades de focalizar a atenção, a concentração e o seguimento de instruções; habilidades para entender e interpretar a língua falada no cotidiano; a memória auditiva e ordenação; memória visual e ordenação; habilidades no processamento das palavras; análise estrutural e contextual da língua; síntese lógica e interpretação da língua, desenvolvimento e expansão do vocabulário e fluência na leitura.

É nesse processo cognitivo que a professora na sala de aula avalia o aluno, essa avaliação faz parte do Protocolo de Avaliação de Habilidades Cognitivo-Linguísticas e também pode ser utilizado pelo fonoaudiólogo escolar, psicólogo escolar ou psicopedagogo, é indicado para crianças a partir do 1º ano escolar.

O processo de aprendizagem pode sofrer influência de inúmeros fatores desde sociais a genéticos os quais interferirão negativa ou positivamente no seu desenvolvimento. Daí a necessidade de uma intervenção pontual, onde a criança pode ser avaliada e, depois de conhecida suas habilidades, permitirá que o profissional possa desenvolver um trabalho com a criança, antes de encaminhar para outros profissionais. O processo de aprendizagem é longo e a criança precisa

reconhecer as estruturas e incorpora-las, resguardando que, cada situação é uma situação diferente, e, é de acordo com a realidade cognitiva da criança.

Para tanto devemos compreender que, a dificuldade não é só da criança que não consegue aprender é também da qualidade da educação que lhe é dada.

Conforme Saviani, 1991, p.86):

Na clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual a direção que cabe imprimir à questão educacional.

Neste sentido, a garantia de um padrão de qualidade em educação vai além da oferta de vagas, pois envolve a permanência e o sucesso dos que nela ingressam. Este sucesso decorre da garantia de uma educação em que a criança consiga adquirir conhecimentos, seja alfabetizada sem deixar de lado sua cultura, que possibilite ações transformadoras na perspectiva de que o aluno se perceba enquanto parte desta sociedade que é contraditória.

2 O CENTRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – C.A.A “CENTRINHO” E O TRABALHO COM CRIANÇAS QUE APRESENTAM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

O Centro de Atendimento e Acompanhamento (C.A.A.) popularmente conhecido como “Centrinho”, é de natureza pública vinculada a política social de Educação, o início de suas atividades se deu em dezembro de 1999, porém em junho de 2006 deixou de ser projeto sendo regulamentado como um serviço da Secretaria Municipal de Educação através da Lei 6.524/06, tendo como finalidade acompanhar os estudantes que compõe o universo estudantil com problemas de aprendizagem.

O Centrinho. tem como público alvo crianças da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental ciclo I, devendo ser encaminhado 1% (um por cento dos alunos matriculados). Atualmente 137 estudantes são acompanhados

pelo Centrinho. O protocolo entre o Centrinho e Instituição de Ensino -IE, para o atendimento do aluno, estabelece que os encaminhamentos dos mesmos serão efetuados pela IE, acompanhados do Relatório do Professor e atividades dos estudantes.

O trabalho é desenvolvido por uma Equipe Multidisciplinar e,

se diferencia do atendimento promovido na área da saúde, pois é dada ênfase aos aspectos extrínsecos e intrínsecos relacionados à aprendizagem. O diagnóstico concluído pela equipe visa nortear as ações junto à família e à escola buscando eliminar o uso de rótulos e estigmatizações à criança. (CARTILHA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO, 2009 p. 18)

A equipe é composta por uma Assistente Social, duas fonoaudiólogas, duas psicólogas, duas psicopedagogas, uma terapeuta ocupacional, um serviço geral, uma escrituraria, essa equipe se subdivide em duas equipes, para atender 39 escolas municipais, sendo que 20 escolas para uma equipe e 19 para a outra, todos desenvolvendo um projeto interdisciplinar que busca equilibrar as relações que se firmam no cotidiano escolar para que o direito da criança possa ser garantido.

O Centrinho busca fazer com que os estudantes consigam superar suas dificuldades na escola e também o fortalecimento dos vínculos familiares. Segundo Leite (2004, p. 269-279) a proposta de trabalho da Equipe Multidisciplinar centra-se na Psicoeducação a qual

consiste no trabalho de informar a respeito das necessidades educacionais especiais, características, causas, prognósticos e capacidades de desenvolvimento e habilidades visando à melhoria da qualidade de vida com uma convivência harmônica, isto é, deixa de focar apenas na criança estendendo-se aqueles que convivem diretamente com ela.

Quando o estudante chega no Centrinho ele é avaliado pela psicóloga e/ou psicopedagoga, essa profissional irá definir a proposta de trabalho para que a criança possa superar sua dificuldade. “ É no processo de acompanhamento que o Plano de Acompanhamento Familiar será construído, como uma etapa dentro do fluxo de atendimentos”. (C.A.A.)

Fica evidenciado dentro dos princípios norteadores da Política Inclusiva que: (MEC. 2005, p.45)

“A sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos. O aprofundamento do processo de inclusão social, neste momento, implica retirar a discussão da tradicional polarização entre estratégias clínicas, ao encargo da saúde versus estratégias pedagógicas ao encargo da educação”

A importância da orientação aos familiares, aliadas ao atendimento a criança com suas especificidades, assessorando a equipe escolar com base nos princípios da educação inclusiva que a equipe do Centrinho reafirma a importância da intervenção psicoeducacional e de toda a equipe interdisciplinar.

3 A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRINHO COM AS CRIANÇAS QUE TEM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

A participação da família é parte do trabalho desenvolvido com as crianças, e o que constatamos no primeiro contato que o responsável que acompanha o(a) aluno(a) tem quando chega ao Centrinho, é de não compreender porque a escola encaminhou seu filho, qual é o trabalho do Centrinho e o que será feito e conseqüentemente, uma certa relutância em relação ao atendimento.

O pai, a mãe ou o responsável, é orientado sobre o que é o Centro de Avaliação e Acompanhamento e o porquê do seu filho (a) estar sendo atendido.

O problema muitas vezes não é com a criança e fica difícil para a família compreender pois é na escola que a criança vai deixar transparecer as angústias familiares, com mau comportamento associadas as dificuldades de aprendizagem, preocupação, fechamento, solidão, irritabilidade e insegurança, problemas de conduta e ansiedade. Por essa razão Weiss (1994, p. 24) afirma que:

A escola através do educador, precisa além de prevenir determinadas dificuldades, atenuar aquelas já instaladas e que são oriundas da história pessoal do aluno e de sua família.

Daí surge a importância da psicopedagogia na orientação e atendimento às crianças que apresentavam dificuldades ligadas à sua educação,

mais especificamente à sua aprendizagem, quer cognitiva, quer de comportamento social, pois todo diagnóstico recaía sobre a criança, o que significava que nela estava o problema.

Os fatores intrínsecos do processo de educação e aprendizado estão relacionados com a violência doméstica, drogadição, álcool, desemprego, a questão cultural, isto é, as famílias não aceitam que seu filho tem problema por ficar estigmatizado. Apresenta dificuldade em aceitar que o problema também está relacionado ao contexto familiar. Outro fator, como já citamos, está na própria escola.

Coloca-se aí, uma demanda socioprofissional, envolver a família no processo, sensibilizar os pais fazendo com que eles percebam o que podem fazer para ajudar seu filho. Os laços familiares são essenciais desde os primeiros momentos na educação da criança, é a família que transmite os primeiros conhecimentos. Aliar-se também a escola num processo envolvente, participativo, aceitando as diferenças desenvolvendo valores de respeito e aceitação, pois a família e o aluno fazem parte desse processo.

4 O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO C.A.A. E A EDUCAÇÃO

Através de leituras bibliográficas tais como: Lei municipal nº 6.524/2006, ECA, entrevistas dos prontuários dos usuários do “Centrinho”, e após análise dos relatórios da equipe interdisciplinar pode-se constatar onde o Serviço Social atua.

O profissional do Serviço Social em conjunto com a equipe interdisciplinar atua junto a família mostrando as dificuldades apresentadas pela criança no aprendizado. A família durante o atendimento, nas oficinas temáticas semanais (onde é abordado a sexualidade, rotinas, entre outras), no trabalho psicoeducacionais com a equipe, na maioria das vezes nega essa dificuldade, acredita que é “birra da professora” com o filho (a) dela.

Diante disso constatamos na Cartilha da Equipe Interdisciplinar da Educação (2009, p. 22) que:

Essas famílias convivem em situações de estresse em decorrência de fatores como pobreza, desemprego, fragilidade nos laços familiares, situações de vulnerabilidade social ou frustrações na relação conjugal que, em alguns casos, culmina no uso abusivo de substâncias psicoativas predominando o álcool.

Durante o atendimento a equipe orienta a mãe e/ou o responsável sobre a importância do acompanhamento da criança. Ao ser incluída a criança no acompanhamento do Centrinho, a família participa de reunião de contrato onde são estabelecidas as regras e orientações com relação à horários, faltas, seus direitos e deveres, contudo assumindo o compromisso de trazê-la nos dias e horários marcados.

A Assistente Social no Centrinho. busca o enfrentamento das diversas expressões das questões sociais indo além do que está posto, pois, há família que sofre com a violência, com o alcoolismo, com as drogas. A família neste contexto não acredita que a criança necessita de ajuda, e que esse tipo de problema resolve por si só, “pois aconteceu com a avó, com ela e ninguém morreu”. Há aquelas que acreditam também, que a criança herdou de alguém da família esse problema, ou que ficarão marcas para sempre na criança. As crenças e os costumes dessas famílias acabam prejudicando o acompanhamento da criança. Conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988,

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

As orientações sobre a violação de direitos e inclusão nos programas de transferência de renda e projetos são realizadas pela Assistente Social que encaminha para os serviços de políticas públicas de saúde, política de transporte, política de habitação, uma articulação de rede e também com a comunidade.

O Serviço Social no Centrinho. desenvolve um trabalho de orientação através das oficinas com família, atendimentos individuais, atendimento familiar, nas reuniões com os grupos, articulação com a rede e demais políticas públicas com o

intuito de levá-los a perceber a importância de sua participação durante o processo de aprendizagem da criança, o que envolve orientação das limitações e dificuldades, apoio durante a realização de tarefas e atividades escolares, bem como no que se refere ao acompanhamento no Centrinho.

As entrevistas, visitas domiciliares o estudo socioeconômico são instrumentos que permitem identificar situações de vulnerabilidade social, violação de direitos da criança e da família. O trabalho de grupo realizado com as famílias é o momento em que participam emitindo opiniões, sugestões, compartilhando suas dificuldades com as demais famílias. Segundo Wagner, (1999, p. 147-156)

A busca do bem-estar é o motor do desenvolvimento humano. É visando estar bem que o homem luta para atingir seus ideais. O desenvolvimento desta capacidade está diretamente ligado com as experiências mais precoces do sujeito em sua família.

O bem-estar da família, segundo o autor, significa que a vida nem sempre é do jeito que nós queremos, significa que para ter uma relação saudável a família precisa ficar fortalecida conseguindo superar seus problemas, portanto “estabelecer limites entre o possível e o ideal, entre como gostaríamos que fosse e como é de fato, entre o que pode ser mudado e o que é desse jeito. Enfim, compreender a realidade da família é uma das formas que favorecem o bem-estar de seus membros e a saúde emocional de todos”. (WAGNER, 1999, p. 147-156)

Em vista da alteração no perfil dos alunos da rede pública derivada das classes populares, as expressões sociais e culturais hoje estão diferenciadas, no que implica novas ações e estratégias por parte do serviço social.

Segundo Martins (2009, p.20)

Dentre essas demandas, estão questões delicadas e de difícil solução tais como o uso de drogas; o narcotráfico; gravidez precoce; trabalho infantil; as condições socioeconômicas precárias dos alunos e de suas famílias; as próprias mudanças no perfil dos alunos, que imprimiram novos valores no universo escolar; as diferentes manifestações de violência e as dificuldades referentes às relações sociais estabelecidas no ambiente institucional e em seu entorno.

A educação é um direito social e garantido constitucionalmente, neste contexto o serviço social procura responder as demandas da população atuando na perspectiva de garantir a efetivação dos direitos sociais, para tanto o assistente social necessita ter conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos somando

esforços com a equipe interdisciplinar do Centrinho e os profissionais da política de educação.

4.1 O TRABALHO EM REDE PARA FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA

Ressaltamos que é muito importante o trabalho de rede entre: a escola, a professora que acompanha a criança no dia a dia e as profissionais do Centrinho, e estas dando retorno para a escola; o Serviço Social orientando e acompanhando as famílias dos alunos, conhecendo a comunidade afim de articular os serviços; desenvolvendo estratégias de parcerias; realizando visitas domiciliares para auxiliar na permanência do aluno na escola e no Centrinho.

No Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005, p.21)

A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.

Sabemos que o professor sozinho pouco pode fazer diante das demandas de seus alunos, por isso uma equipe interdisciplinar pensando um trabalho psicoeducacional é fundamental para a superação das suas dificuldades.

A formação continua do professor, se apropriando de alguns conceitos é fundamental para uma boa articulação com situações vividas com a realidade escolar como troca de experiência, levando em consideração qual é alocução que se produz na sua prática, sempre junto à família. Vejamos o que diz o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (Brasil-MEC, 2007, p. 47-48)

As duas últimas décadas foram marcadas pelo debate sobre a inclusão, onde ficou estabelecido: a universalização do acesso à educação; o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, com aumento da participação da família e da comunidade; a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os estudantes e a formação de redes de apoio à inclusão. Nesse sentido a presença de assistentes sociais nas redes básicas de ensino seria um investimento na garantia dos direitos da criança no acesso as escolas fortalecendo a comunidade escolar e que o trabalho com as expressões da questão social no espaço educacional sejam medidas e enfrentadas. A educação inclusiva tem como desafio a construção de uma escola aberta às diferenças e uma sociedade que reconhece e valorize a diversidade.

A família precisa ser empoderada, encontrar soluções, se fortalecer para que possa cumprir seu papel educativo. E a criança supere sua necessidade de aprendizagem e nesse trajeto inclua aprender, a conviver e a ser. Diante disso, é fundamental o trabalho com a família e a criança para que ela atinja o objetivo de promover suas potencialidades e a sua autonomia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças com problemas na aprendizagem atendidas pelo Centrinho, são analisadas nos diferentes contextos: família, escola e meio social, onde a proposta são os possíveis ajustes na intervenção educacional e familiar com finalidade de resgatar a autoestima e o prazer em aprender.

Vimos que o Assistente Social compõe com a equipe interdisciplinar no trabalho psicoeducativo, de sensibilização, informação no que diz respeito a compreensão do papel da família em relação a participação na vida escolar e no desenvolvimento global da criança, e na articulação com as demais políticas públicas, quanto ao enfrentamento das expressões da questão social por elas vivenciadas

Diante do exposto percebemos que a escola tem buscado junto ao Centrinho da Secretaria Municipal de Educação parceria para uma prática de instrução que melhore a qualidade de ensino, uma conquista dos profissionais da educação municipal. Que o espaço educativo possa se constituir em um local privilegiado onde se possa transmitir uma imagem de futuro que incorpore os sonhos e valores de uma sociedade efetivamente justa e igualitária. O enfoque não é só dado apenas pela necessidade especial do estudante, mas pelas outras formas em que sua participação pode ser impedida ou melhorada, garantindo a educação para as crianças com suas características pessoais. Assim, o apoio familiar, escolar e social deve ser possibilitado buscando meios para a melhora da convivência na escola e na família, na autoestima e no desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O QUE É EDUCAÇÃO**, editora Brasiliense, São Paulo, 2012

CAPELLINI, S.A., Silva, C. Gonzaga, J., Tegeiro, M.G., Villa, P.C., Smythe, I. **Desempenho cognitivo-linguístico de escolares de 1ª a 4ª series do ensino público municipal. Psicopedagogia.** Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2007

CAPELLINI, S.A., SMYTHE, Ian, **Protocolo de Avaliação de Habilidades cognitivo-Linguísticas**, Editora Fundepe, São Paulo, 2008

Cartilha do Centro de Avaliação e Acompanhamento – CAA – **Lei nº 6.524/2006 Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente SP**, 2006

Constituição Federal de 1988, Brasil

DONATELLI, Dante, **Quem me educa?A família e a escola diante da in(disciplina)** Editora Arx, São Paulo, 2004

ECA, **Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990** - Brasil

Eduardo Freitas, **A qualidade da Educação Brasileira**, Equipe Brasil Escola Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/a-qualidade-educacao-brasileira.htm> Acesso em: 06 maio 2015

Elcie F. Salzano Masini **Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios**, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862006000300009&script=sci_arttext, Acesso em 01/out/15

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**, Editora Paz e Terra LTDA, 43ª edição, São Paulo, 2011

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao> Acesso em 22/set/15

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394de 20/dez/1996** - Brasil

LEITE, L.P. et al. **Estratégias de Orientações Psicoeducacionais para familiares de Deficientes**, Curitiba, n. 24, p. 269-279, 2004. Editora UFPR

MACEDO, Lino, **Jean Piaget – o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio**, <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/jean-piaget-428139.shtml>, Acesso em 22/09/15

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro, **Assistente social: um parceiro essencial para aprimorar a educação**, PL 280/09 Participação da psicologia e do serviço social nas escolas para uma educação mais humana, 2009

PATTO, Maria Helena Souza, **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**, Editora T.A. Queiroz, São Paulo, 1990

PAULON, Simone Mainieri, **Educação Inclusiva – Documento Subsidiário à Política de Inclusão**, Ministério da Educação, Brasília, 2005

Portal da Educação, **Secretaria da Educação Promove reordenamento da rede de ensino**. Disponível em: <http://www.rneducacao.com/2014/05/secretaria-da-educacao-promove.htm> Acesso em: 05 maio 2015

PRADO, Maria Elizabette Brisola, ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional**, 2009, p.43 Brasília

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, **Plano de Trabalho 2015**, Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria de Gestão Pedagógica, Centro de Avaliação e Acompanhamento, 2015

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).

SMOLKA, Ana Luiza Bustamonte, **A Criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**, Editora Cortez, São Paulo 1988

UNICEF, **Desafios da Educação**, Ministério Público o Paraná Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10183.htm Acesso em: 30 abril 2015

WAGNER, Adriana, RIBEIRO, Luciane de S, ARTECHE, Adriane X. and BORNHOLDT, Ellen. A, **Configuração Familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes**, Psicol. Reflex. Crit., 1999, vol. 12 p. 147-156 Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279721999000100010&script=sci_abstract&tlng=p Acesso em: 20 abril 2015

WEISS, M. L. L. (1994). **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica**, 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.1994